

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A HEGEMONIA ULTRALIBERAL NO BRASIL E O DISCURSO PRIVATISTA DE PAULO FRANCIS NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1991-1997)</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Alexandre Blankl Batista	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O jornalista Paulo Francis é conhecido como referência do polemismo na imprensa brasileira. Como ex-intelectual de esquerda, sua guinada ideológica à direita liberal coincide com o seu exílio voluntário nos Estados Unidos e sua entrada para a grande imprensa, no jornal <i>Folha de São Paulo</i>, na segunda metade da década de 1970. Todavia foi no jornal <i>O Estado de São Paulo (OESP)</i>, a partir de 1991, que é possível verificar a organicidade de seu discurso em favor da agenda ultraliberal, em pauta na década de 1990 no Brasil, e hegemonicamente alicerçada pela grande mídia. Por meio do estudo de suas colunas n' <i>OESP</i>, a comunicação objetiva problematizar como o jornalista articulava a racionalização de seu ideal privatista e reformista para o Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que analisava a economia e a política mundial no contexto da década de 1990. Além disso, enfatizaremos como Francis articulava esse seu conteúdo textual com a estratégia do "polemismo", tanto como instrumento retórico quanto como meio de vulgarização da agenda ultraliberal.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Paulo Francis; O Estado de São Paulo; Imprensa e História.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<b>THE ULTRA-LIBERAL HEGEMONY IN BRAZIL AND THE PRIVATIST SPEECH OF PAULO FRANCIS IN THE NEWSPAPER O ESTADO DE SÃO PAULO (1991-1997)</b>			
<p>The journalist Paulo Francis is known as polemicist reference in the Brazilian press. As a former intellectual of the left, its ideological shift to the right liberal matches your voluntary exile in the United States and its entry to the mainstream press, in the newspaper <i>Folha de São Paulo</i> in the second half of the 1970s. Yet it was in the newspaper <i>O Estado de São Paulo</i>, as of 1991 that it's possible check the organicity of his speech in favor of ultra-liberal program, in question in the 1990s in Brazil, and hegemonic founded by the mainstream media. Through the study of his columns in this newspaper, the objective communication discuss how the journalist articulated the rationalization of its reform and privatizing ideal for the Brazilian state at the same time analyzing the economy and world politics in the context of the 1990s. Also, we will emphasize how Francis would articulated their content with the polemicist strategy, both as a rhetorical tool and as a means to disclose the ultra-liberal program.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Paul Francis; O Estado de São Paulo; Press and History			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

## **A HEGEMONIA ULTRALIBERAL NO BRASIL E O DISCURSO PRIVATISTA DE PAULO FRANCIS NO JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO* (1991-1997)**

O conhecido polemista Paulo Francis (1930-1997) teve uma atuação marcante na história da imprensa brasileira. Entre outros periódicos, o jornalista participou do jornal *Última Hora* (1962-1964), alinhado à defesa do governo Jango, em que combatia o “lacerdismo” e apoiava o nacionalismo de Leonel Brizola. Teve importantes passagens pela *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968) e pelo jornal carioca *Correio da Manhã* (1966-1968), onde combatia abertamente a ditadura civil-militar. Após o AI5, sua postura torna-se mais comedida ante ao regime. É quando integra o grupo principal de *O Pasquim* (entre 1969 até o início de 1976), sendo também um dos fundadores daquele jornal. Naquele período, Paulo Francis declarava-se trotskista. Seu ingresso na grande imprensa, a partir de 1975, encerra sua participação na imprensa contra-hegemônica no país. A partir de então, suas posições políticas, até então mais próximas do espectro político de esquerda, calcadas na defesa de um nacional-desenvolvimentismo, vão gradativamente passando ao espectro político da direita, assumindo posições conservadoras sob vários aspectos (realiza críticas severas e desqualificações às mais diversas manifestações políticas de esquerda, faz condenações de minorias étnicas e é simpatizante de algumas arbitrariedades cometidas contra os movimentos sociais), e adotando os princípios fundamentais de defesa da implantação da agenda ultraliberal no país.

A sua declarada conversão ideológica ocorreu mais nitidamente ao longo de sua trajetória no jornal *Folha de São Paulo*, passando por certas etapas, apesar de que é possível constatar mudanças significativas no teor de suas análises políticas já anteriormente. Em nossa tese de doutoramento, que está sendo desenvolvida do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, nos ocupamos de estudar essas etapas e problematizar o trotskismo de Paulo Francis. O jornalista nunca foi militante e, exceto pelo antistalinismo, raramente defendia princípios trotskistas em suas colunas de jornal ou artigos de revistas. Nesta comunicação, no entanto, apresentamos apenas a sua participação como intelectual orgânico vulgarizador da agenda ultraliberal no país, o chamado “neoliberalismo”, quando atuava no jornal *O Estado de São Paulo*.

Francis chegou a ser um dos profissionais mais bem pagos do jornalismo brasileiro, na década de 1990, quando acumulava, além do trabalho n’*O Estado de São Paulo*, colunas em outros jornais do país, como *O Globo* e *Zero Hora*, inserções no telejornalismo da *Rede Globo de TV* e integrar o programa *Manhattan Connection*, na época transmitido pelo canal GNT. Sua influência é comumente mencionada por jornalistas e escritores. Concernente ao polemismo, em que misturava doses ácidas de cinismo e ironia, agregada a uma característica violência verbal, e o hábito de, em suas crônicas (tanto na televisão como no jornal), combinar política, literatura, arte e cotidiano, Francis teria “feito escola” e deixado de herança o posto que ocupava a cronistas como Arnaldo Jabor e Diogo Mainardi (KUCINSKI, 1998; PETRIK, 2006).

N’*O Estado de São Paulo (OESP)*, analisamos aqui seu discurso no *Diário da Corte*, a coluna de página inteira, que publicava duas vezes por semana, criada ainda nos tempos de *Folha de São Paulo (FSP)*. Serão objeto, especificamente, seus argumentos em favor da agenda ultraliberal em meio ao governo Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Veremos, principalmente, a maneira como orientava e indicava caminhos possíveis para os programas políticos dos governos de então em pontos chave da agenda em pauta e dos obstáculos para a sua implantação, como a suposta vantagem na abertura de mercados, a defesa das privatizações, as alegadas corrupção e ineficiência das empresas públicas e o seu entendimento de que haveria ineficiência no sistema de ensino público, especialmente o ensino superior.

### **O Diário da Corte n’*O Estado de São Paulo***

Paulo Francis estreou n’*OESP* em 23 de dezembro de 1990, no *Caderno 2*, o seu *Diário da Corte* (mantendo o título no singular<sup>1</sup>). Um dia antes, a chamada de capa do jornal dava grande destaque à sua estreia. Na parte inferior, à direita, um grande quadro lembrava o princípio das colaborações de Francis; e à esquerda, um pequeno quadro, alertava sobre as expectativas em relação ao polemista:

Paulo Francis, que estreia amanhã no Estado –, sua coluna sairá às quintas e aos domingos – é retratado como o jornalista mais polêmico do Brasil, um mestre da ironia que alia a qualidade intelectual à honestidade do pensamento. Sua capacidade de dividir opiniões reforça uma linha editorial que se manteve sempre fiel à defesa da liberdade de expressão e da pluralidade de ideias. Sobre ele, Ruy Castro escreve: “Por mais no varejo que pareçam os seus ataques, sua única cruzada é contra a ignorância no atacado” (*OESP*, 22/12/1990).

Nesta mesma véspera, no *Caderno 2*, uma página inteira com textos de José Onofre e de Ruy Castro descrevia as características do futuro ocupante daquele espaço. Todo esse destaque espelhava um pouco do *status* que Francis guardava em torno de si naquele momento, mas também não deixava de refletir uma tácita rivalidade d’*OESP* com a *Folha de São Paulo*. A saída do polemista da *FSP* não foi pacífica. Francis envolveu-se em uma polêmica com o *ombudsman* do jornal, Caio Túlio Costa, em razão de uma crítica feita por este mesmo jornalista a uma capa supostamente tendenciosa da *FSP*, durante as eleições presidenciais de 1989, que favoreceria o candidato Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), em detrimento do candidato Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Naquela capa, o jornal noticiava: “Collor diz que PT prega banho de sangue”. Abaixo, o anúncio e o resumo da coluna de Francis dizia: “Lula coloca o país no nível da Nicarágua”. Depois de Túlio Costa criticar tal arranjo de capa, Francis saiu em defesa do jornal. Seguiram-se sucessivos ataques pessoais em artigos de ambos os jornalistas no interior do próprio

---

<sup>1</sup> Na *FSP* era comum também encontrar-se o plural “Diários da Corte”.

jornal, em que Túlio Costa e Francis atacavam um ao outro. Um relato mais completo sobre o caso, sob o ponto de vista de um dos contendores, pode ser encontrado na obra *O Relógio de Pascal*, do próprio Caio Túlio Costa (COSTA, 2006).

Um dos biógrafos de Francis, o também jornalista Paulo Eduardo Nogueira, afirma, em *Paulo Francis, polemista profissional*, que, além da conhecida desavença com o ombudsman da *FSP* e da ótima oferta financeira d'*OESP*, haveriam também outros detalhes que se somariam a esses para a saída de Francis da *FSP*. De acordo com Nogueira, ao reproduzir o depoimento da viúva do jornalista, a também jornalista Sônia Nolasco, Paulo Francis estaria descontente com as críticas oriundas de jornalistas mais jovens que começaram a ganhar espaço na *FSP*: “Em fins dos anos 1980 ‘uma garotada arrogante, sem o menor *background*, passou a comandar as editorias para as quais Francis colaborava’, conta Sônia” (NOGUEIRA, 2010, p. 57-58).

Por sua vez, a *FSP* não deixou de vir a público questionar a contratação de Francis por *O Estado de São Paulo*. Na época, fez isso em um comercial pago para ser exibido na televisão. Assim, durante os quinze segundos do reclame, enquanto a figura de Paulo Francis ia progressivamente perdendo o foco na imagem, o locutor falava pausadamente: “*O Estado* lê Paulo Francis na *Folha* desde 1975. Depois de quinze anos, resolve ser original e contrata exatamente o mesmo articulista [riso]. Recuse imitações, leia a *Folha*”<sup>2</sup>. Ou seja, na ocasião, Francis acabou sendo objeto de *marketing* para ambos os jornais, o que só reforça a perspectiva de seu elevado *status* como jornalista naquele momento.

Apesar da rivalidade, causada especialmente pela disputa de mercado, e de certas diferenças editoriais, os jornais *OESP* e a *FSP* guardaram importantes pontos em comum ao vulgarizarem a agenda ultraliberal no país. Nesse sentido, em seus textos editoriais, apontaram caminhos possíveis a serem adotados para a reforma do Estado brasileiro e projetaram a necessidade da “modernização capitalista”. A chamada “modernização” era sinônimo de Estado mínimo, e as privatizações das empresas públicas eram ponto urgente de pauta. O contexto dos anos 1990, com a falência do chamado “mundo socialista” e a crescente identificação entre progresso e transnacionalização<sup>3</sup> deram a tônica do pensamento único, uma espécie de doutrina que pregava a ideia de que não haveriam alternativas, senão aquelas apontadas especialmente por organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Os meios de imposição passavam pelas costumeiras ofertas materiais, como empréstimos condicionados à adesão da agenda, e a tentativa de convencimento por meio da ajuda da imprensa, meios de comunicação em geral e disseminação dessas ideias no ambiente universitário. Não faltaram financiamentos em âmbito global de fundações e pesquisas universitárias, além do

---

<sup>2</sup> O vídeo pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8ZQtyH7DGXQ>>, acesso em 12/12/2012.

<sup>3</sup> A chamada globalização começava a ser colocada, não como um fato totalmente inédito, a despeito de ser um processo identificável já há bastante tempo, mas como uma tendência inevitável a partir de então.

controle de agências internacionais de notícias e informações. Vários jornais cumpriram o papel de verdadeiros Aparelhos Privados de Hegemonia; entre eles estavam a *FSP* e *OESP* (FONSECA, 2005). Os jornais apontam para essa perspectiva no texto editorial e também na escolha e no destaque que davam a vários de seus colunistas.

Com isso não queremos afirmar que os jornais inviabilizavam totalmente os espaços em seu interior para o contraditório. As opiniões diversificadas existiam. O próprio *OESP*, depois da reforma promovida por Augusto Nunes, ainda nos anos 1990, passou a abrir mais o jornal para visões divergentes das opiniões editoriais. Mas os espaços eram limitados. Apesar de algumas vozes dissonantes (e que eram mais ou menos toleradas), prevalecia o tom uníssono em relação aos editoriais dos grandes jornais do centro do país, naquela época, com diversos de seus colunistas regulares. Por outro lado, a linguagem editorial dos jornais era, geralmente, mais cuidadosa e polida comparada com parte dos textos assinados pelos colunistas regulares, especialmente comparado aos escritos de Paulo Francis. O texto de Francis, muitas vezes, parecia até mesmo panfletário contrastado com os editoriais dos jornais. A sua insistência enfática e monocórdia em favor das privatizações de empresas públicas como a Telebrás, a Vale do Rio Doce e a Petrobras ocupava grande parte de suas colunas n' *OESP* na década de 1990. Em certos momentos, há verdadeiras campanhas semanais, enfáticas e, devido à repetição, fastidiosas sobre o tema, recorrente nos Diários da Corte.

### **Paulo Francis: de Collor de Mello a FHC**

A tônica antiestatista, os desafios políticos para o país e os adversários a enfrentar reproduzem os assuntos, a partir de 1991, que Francis pautava anteriormente na *FSP*. Naquele jornal, Paulo Francis promoveu uma substancial campanha contra o candidato Luís Inácio Lula da Silva e seu partido, o PT, nas eleições presidenciais de 1989. Por contraste, especialmente no segundo turno do pleito, apoiou o candidato Fernando Collor de Mello, mas sempre sugerindo ao candidato o cumprimento de determinada agenda. O jornalista tinha expectativa de que Collor de Mello seguisse boa parte das ações recomendadas pela agenda ultraliberal. Ao longo dos primeiros anos do governo, enquanto Francis trocava a *FSP* pelo *OESP*, a tônica de Francis sobre as ações do governo era crítica quanto à demora no cumprimento da abertura econômica e elogiosa quando realizada na prática, mesmo que timidamente, comparada às expectativas mais audaciosas do jornalista. Francis criticava fortemente, por exemplo, parte dos ministros do Executivo Federal, em especial a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello:

Me pergunto se Collor sabe realmente da imagem que o Brasil tem no exterior. Mais suja que pau de galinheiro. Disseram a ele que o embaixador japonês no Brasil avisou a Zélia que, no Japão, não procurasse autoridades financeiras japonesas, que seria muito mal recebida? Sabe do conceito em que Zélia é tida nos meios financeiros internacionais? Que seu discurso ao BID, em Nagoya, o BID falido e irrelevante, é

tido somente como uma bravata para consumo dos ignorantes brasileiros que não têm tempo e morrem de fome enquanto ela e sua equipe de comunistas de terceira categoria arruinam a economia brasileira? Não sei (DIÁRIO DA CORTE, 14/04/1991).

Para Francis, o país nutriria um “fundamentalismo” que tomaria “formas materialistas”, como seria o caso de feições “comunistas” e “nacionalistas”. Em suas palavras, o comunismo estaria representado no pessoal que cercava Zélia: “é tudo comunista, não comunista, no sentido antigo da palavra, familiarizado com as obras de Marx, Lenin, Trotski ou até Stalin, mas gente que entrou na canoa furada petelho Morumbi” (DIÁRIO DA CORTE, 14/04/1991). Além disso, identificava as supostas feições nacionalistas no atraso social daqueles a quem chamou de “interioranos assustados com o mundo moderno”. A favor da possibilidade deste “mundo moderno” argumentava que “só o capitalismo, com sua imprevisibilidade, crueldade e criatividade” o geraria. Dessa maneira, haveria gente se defendendo, criando autarquias, em um “estatismo retrógrado, que evita o novo e o desconhecido, o arriscado” (DIÁRIO DA CORTE, 14/04/1991).

A alcunha de “comunista” era tratada no texto de Francis como adjetivo pejorativo, querendo representar o atraso e a ignorância. O autor seguidamente esforça-se em traçar tal paralelo. Tenta chamar a atenção para o excesso de protecionismo e o caráter estatizante, na mentalidade e nas medidas econômicas, que partiriam do governo. Na realidade, não admitia alternativas senão a perspectiva de abertura da economia e a realização de privatizações. Para isso, induzia à ideia de que o brasileiro não desenvolvera a capacidade de administrar o potencial de suas riquezas. Assim, sempre ironicamente, interrogava sobre a única saída que considerava racional para administrar o país, ou seja, literalmente, vendê-lo: “Por que não pôr [o país] à venda? Por que essa soberba besta de manter nossa porcaria que só fazemos emporcalhar? (DIÁRIO DA CORTE, 05/05/1991)”.

A última polêmica de Paulo Francis teve considerável repercussão: acusava diretores da Petrobras de manterem contas na Suíça. Tal acusação tornou-se conhecida não apenas pelo processo milionário movido na justiça dos EUA, que teria lhe apressado a morte, mas também por ser lembrada pela grande mídia a cada nova denúncia de corrupção envolvendo a Petrobras, desde os anos que se seguiram ao falecimento de Francis até recentemente, no momento em que escrevemos esta comunicação. A acusação de Francis, feita meses antes de sua morte, no entanto, não era inédita. O jornalista não deixava de conjecturar sobre a relação entre empresas estatais, corrupção e “cabide de empregos”. Desse modo, enfatizava a expectativa que tinha, resultante em potencial da equação entre esses problemas identificados e as dívidas enfrentadas pelo Brasil:

O que se quer é converter o débito em ações estatais, que, então, deixariam de ser administradas como cabide de empregos e fonte de roubalheiras mil, passando a ser como o botequim do português, ou seja, quem não tem competência não se estabelece. O débito particular brasileiro é de US\$ 60 bilhões. Quase tudo foi tomado pelas estatais e aposto minha cabeça que a maior parte está na Suíça em contas

numeradas dos donatários dessas estatais. Basta se investigar, como, agora, na Previdência (DIÁRIO DA CORTE, 18/04/1991).

As dificuldades que eram apontadas para o *Plano Collor* superar a crise econômica, na época, e a considerada “escassa” abertura da economia nacional, fez com que Francis expusesse sua rápida decepção com aquele governo: “Collor, a quem eu nunca tinha visto mais gordo, era a alternativa a esse comunista subdesenvolvido Lula. Política é sempre a escolha do *mal menor*. Isso, em 1989. Tão chato tem sido este governo que parece 1889” (DIÁRIO DA CORTE, 26/09/1991, *grifo nosso*). A decepção seria relativa, porque aquele nunca fora seu candidato ideal. Collor não era a preferência dele, nem era consenso dos setores dominantes da sociedade brasileira. O apoio a Collor era condicionado pela escolha do “mal menor”. O brado do “mal menor” é uma característica presente na trajetória intelectual de Francis, já identificada por outros estudiosos de seus escritos políticos, nas mais diferentes “fases ideológicas” do jornalista (BUZHR FILHO, 2002; TORRES FONSECA, 2001).

As críticas mais enérgicas e debochadas de Francis eram comumente dirigidas ao PT. Nota-se acima como ele adjetiva Lula: um “comunista subdesenvolvido”. O sarcasmo destaca-se no texto. Em relação a Collor, a ironia fica a cargo apenas da ascensão rápida do Presidente: “a quem eu nunca tinha visto mais gordo”. O processo de impedimento do Presidente Collor, em 1992, aliado às críticas anteriormente realizadas por Francis, fez com que, num primeiro momento, o jornalista não erigisse muito esforço para justificar uma eventual permanência de Collor de Mello na Presidência da República. Todavia, tempos depois, já no contexto do governo FHC, iria culpar a esquerda e o PT pela queda de Collor, guardando até certa nostalgia daqueles tempos.

O caminho inverso aconteceu com Fernando Henrique Cardoso. Paulo Francis apoiou sua candidatura e o início de seu governo, mas declinou desse apoio no segundo semestre de 1996. Francis era um antigo admirador de FHC. Já o havia apoiado abertamente em um pleito eleitoral anterior, para a escolha do Prefeito na eleição municipal da cidade de São Paulo, em 1985, explicitando sua preferência em diversas colunas suas na *FSP*. Na época, FHC lançou-se candidato pelo PMDB e perdeu as eleições para Jânio Quadros, que havia concorrido pelo PTB.

É importante destacar que, independente de preferências pessoais, Francis nunca perdeu de vista o receituário ultraliberal. Mesmo quando os governos foram mais envolvidos com o mesmo, como foram os casos dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o comprometimento de Francis, pelo que se percebe, foi menos com os governos, e mais com uma ideia de governo. Nesse sentido, era apresentada a maneira que deveria se governar, o apoio ou não às candidaturas e as posteriores cobranças e críticas. Nesse sentido, é importante lembrarmos de algumas avaliações de comentadores mais recentes de Francis, especialmente seus colegas jornalistas, que apontavam inúmeras vezes para as suas “contradições”.

Não negamos que elas ocorreram, mas é possível problematizar, por exemplo, os argumentos apresentados por Daniel Piza, Bóris Casóí e de outras pessoas próximas a Paulo Francis, especialmente nos depoimentos concedidos ao documentário *Caro Francis*, dirigido por Nelson Hoineff. Conforme esses depoimentos haveria uma contradição nas diferentes posturas de Francis em relação ao apoio a FHC na campanha presidencial e nas posteriores críticas com determinadas atitudes do governo, em especial a negativa em privatizar a Petrobras (PIZA, 2004, p. 91; NOGUEIRA, 2010, p. 81; CARO..., 2010).

O documentário *Caro Francis* constrói a narrativa com os depoimentos apresentando os indícios das supostas posições de esquerda de Francis, em sua fase trotskista, antes de sua mudança para os EUA, em 1971, logo após a última prisão que sofrera sob acusação de subversão por parte do regime ditatorial no Brasil. Conforme o depoimento de Daniel Piza para Nelson Hoineff, quando o jornalista foi morar e trabalhar naquele país, teria começado “a se informar mais sobre economia e a ter uma vivência do capitalismo americano, ele foi, aos poucos, se afastando daquelas ideias, do trotskismo, da esquerda, do marxismo, do anticapitalismo”. A seguir, Piza resume o que seria um dos elementos marcantes da personalidade do polemista, a intensidade com que defendia seus pontos de vista: “Como tudo no Francis, ele era muito exagerado. Então, como um dia ele havia defendido, exageradamente, o trotskismo, depois o Brizola, e depois sofrido com o golpe, aí um dia passou para o lado de lá, também exageradamente” (CARO... 2010).

Na sequência do filme, Lucas Mendes, seu colega do programa *Manhattan Connection*, programa do canal a cabo GNT, que Francis integrou nos anos 1990, confirma a guinada completa de seu falecido colega à direita: “[A virada] não foi uma coisa suave, não foi, assim, uma certa simpatia pela direita. A conversão foi [*dá um golpe de mão na mesa*]... ele rompeu com a esquerda e caiu nos braços da direita” (CARO... 2010). Por último, Nelson Motta, também seu colega no mesmo programa, acrescenta: “[...] que ridículo os detratores do Francis. Eles falavam: Francis se vendeu ao capitalismo americano, se vendeu a Tio Sam. Eram coisas subesquerdistas dos anos 70. Isso ele não tomava conhecimento” (CARO... 2010).

Naquele ponto, as opiniões tornam a percepção sobre a virada ideológica de Paulo Francis um tanto confusa. Afinal, há opiniões sobre a faceta “exagerada” do polemista, além de outras levemente divergentes sobre a sua conversão à direita liberal. Ao assistirmos essa sequência do documentário, a impressão é a de que Francis seria uma personalidade complexa, aparentemente contraditória, mas no fundo, conforme essas falas, a contradição faria parte do personagem, da figura que havia criado durante vários anos como polemista. A síntese explicativa sobre tal perspectiva foi dada, no mesmo filme, por Boris Casoy, ex-editor da *Folha de São Paulo* na época em que Francis trabalhou para aquele jornal. Nas palavras desse jornalista:

Eu não vejo uma contradição nele. Eu vejo uma contradição quanto ao julgamento das pessoas. Ele era capaz de dizer, hoje, que o Fernando Henrique era um grande estadista e no dia seguinte malhar o Fernando Henrique pelas mesmas razões que o levaram a considerá-lo... esse era o vulcânico Paulo Francis. (...) Você não ia abrir o jornal para aprender história com ele, nem para aprender conceitos de ética, moral... você ia para ler o Paulo Francis (CARO... 2010).

A explicação de Casoy para as posições aparentemente paradoxais de Francis deixa em suspenso o seu suposto contrasenso. Para tal, utiliza o exemplo das críticas a FHC, deixando entender que as mesmas seriam coerentes. Todavia, confirma em seguida que certos “exageros” fariam parte do espaço que criou no jornal. Seu depoimento, neste último ponto, evidencia uma das principais características do conteúdo escrito e das manifestações públicas de Paulo Francis, especialmente pelo sucesso em atrair os leitores, criando um espaço onde se esperava encontrar traços únicos, particulares de sua escrita, calcado em seu polemismo. Casoy, não dá maiores detalhes sobre o porquê discorda da suposta contradição de Paulo Francis, num primeiro momento, ao elogiar FHC e, num segundo momento, criticá-lo. Apenas menciona que havia coerência no apoio e na crítica, pois utilizaria as “mesmas razões” como critério para julgar ambos os posicionamentos. A narrativa do documentário segue, apresentando na sequência as falas de Francis no *Manhattan Connection*, em dois momentos distintos, em um intervalo de um ano, aproximadamente, quando apareceria a suposta contradição:

O Fernando Henrique é o melhor presidente que tivemos ou que poderemos ter, como se diz: uma pessoa educada, uma pessoa que receberíamos em casa, informalmente. Acho que nunca houve no Brasil um presidente assim.

*Um ano depois...*

O Fernando Henrique está completando dois anos de governo sem fazer absolutamente nada. Privatizou menos do que o Itamar Franco, que não sabe falar duas ou três frases de português. E, no entanto, está aí, todo bonito, elegante, moreno (CARO... 2010).

Segundo nossa visão, ao considerarmos Francis como um dos intelectuais orgânicos que defendia um projeto para o país alinhado ao ultraliberalismo, próximo às classes e frações de classe dominantes da sociedade brasileira, não vemos contradição alguma em suas posições, especificamente em relação à crítica a FHC. Pelo contrário, em tese, para ele, o caminho coerente a ser seguido era o de privatizar, de eliminar o gasto do Estado, conforme a agenda proposta pelo *Consenso de Washington*, no final da década de 1980, e disseminada estritamente por uma “visão de mercado”. Conforme estudos já realizados, Fernando Henrique Cardoso teria sido eleito com o apoio das classes dominantes justamente para cumprir com as premissas dessa agenda (BEHRING, 2003; SILVA, 2005 e 2009). Dessa maneira, a organicidade de Paulo Francis está no fato de indicar caminhos ou soluções para FHC naquele momento, além de “aprovar”, indicando o seu consentimento, ou “desaprovar”, apontando eventuais equívocos ou falhas estratégicas, em determinadas medidas e movimentos construídos pelo governo.

## A organicidade de Francis durante o período FHC

Durante os cerca de três anos em que escreveu os Diários da Corte n' *OESP*, em meio ao governo FHC (de 1994 até fevereiro de 1997, quando faleceu), Francis manteve-se atento aos passos do Executivo Federal, especialmente nos setores em que se esperavam as prometidas reformas. Além disso, debateu a “modernização” nas telecomunicações e no sistema educacional. Ao mesmo tempo, fez verdadeiras campanhas em favor das privatizações das grandes estatais, em particular das Companhias Vale do Rio Doce e Petrobras. Ao mesmo tempo, combatia eventuais adversários dessas medidas e continuava desqualificando os militantes do Partido dos Trabalhadores e seus parlamentares eleitos, condenando as diversas manifestações grevistas surgidas naquele período, ocupações de terras e ações de movimentos sociais, como o MST, por exemplo, sugerindo até mesmo a repressão com violência aos mesmos. Em certa ocasião vociferou: “A invasão de terras é uma tentativa de desestabilizar o governo Fernando Henrique, de impedir que se faça democraticamente reformas na Constituição que diminuam o estatismo que mantém o Brasil fora da economia moderna. Os invasores de terra deveriam ser expulsos a pau” (DIÁRIO DA CORTE, 12/10/1995).

Sua retórica concentrou esforço em opor o setor público *versus* o privado, em que o primeiro seria o grande vilão dos problemas nacionais. Assim, não haveria exceção para a ingerência e falta de competência do setor público, fosse nas mais variadas empresas estatais, na prestação de serviços, na educação, na saúde ou no sistema financeiro. Em relação aos bancos, Francis afirmou: “A mim me parece realmente grave é que o Banespa e o Banco do Brasil existam. Só isso. Existam. Talvez o Nacional seja uma ladroeira, ou um simples caso de empréstimos feitos desastrosamente [...]” (DIÁRIO DA CORTE, 04/04/1996). Nessa direção, insistia que tanto os bancos estaduais como os federais tendiam ao prejuízo e só beneficiavam o empreguismo: “Os bancos estaduais tipo Banespa, ou federais, tipo Banco do Brasil, não têm como dar lucro. São ineconômicos, existem para a negociata e o cabide de empregos dos funcionários” (DIÁRIO DA CORTE, 04/04/1996).

Paulo Francis insistiu muito no argumento de que Fernando Henrique Cardoso teria “carta branca” para realizar as reformas e as mudanças que tanto ele como os editoriais d' *OESP* indicavam (de ambos e de tantos outros periódicos e veículos da grande imprensa brasileira). A razão disso seria a ideia de que, no Brasil, nunca um presidente eleito pelo voto teve 54% da preferência dos eleitores, em primeiro turno do pleito. Conforme o jornalista, as ações de FHC deveriam ser plenamente aceitas, pois estariam legitimadas pelo voto popular. Diante disso, até mesmo aconselhava o presidente a dar menos importância para a esquerda, da qual, segundo Francis acreditava, Fernando Henrique estaria ainda vinculado por seu “passado intelectual”:

Fernando Henrique se preocupa demais com uma lorota: a esquerda. Existe, no Brasil? Eleitoralmente, não. Perdeu fragorosamente as duas últimas eleições. Quer mudar o resultado com o acesso que tem à mídia. É pura charla. Sua ignorância e desconhecimento do mundo não têm limites. Mas é de onde Fernando vem, seu

grupo, e é natural que fique ferido com críticas maldosas, como a asinina de que é “neoliberal”, o que é mais uma de macaquito copiando a terminologia política americana, fora de contexto. Nunca um presidente eleito pelo voto teve 54% dos que compareceram. É a última palavra (DIÁRIO DA CORETE, 17/09/1995).

Uma medida que Francis insistia frequentemente era a da redução de impostos. Para isso, citava muito as experiências que dizia perceber a partir dos EUA, desde os impostos municipais até os federais, pautados sempre em pleitos eleitorais naquele país como barganha ou trunfo do candidato que promettesse reduzi-los. O argumento era o mesmo que, comumente, e invariavelmente, é apresentado, de modo geral, pelas classes patronais e empresariais em quase todo lugar: a carga de impostos seria alta demais, freando o investimento, emperrando o empreendedorismo, gerando menos postos de trabalho (ainda mais quando se alia à legislação trabalhista, que protegeria sobremaneira o trabalhador) e, além de tudo, o Estado seria incompetente para fornecer serviços de qualidade ao contribuinte, desviando esses recursos para a corrupção e à manutenção do desperdício. Somado a isso, a abertura ao capital estrangeiro, pelo menos, deveria ficar livre desses “vícios” reproduzidos no Estado brasileiro. Assim, Francis sugere:

A pior ideia do governo Fernando Henrique, até agora, é criar um imposto de 15% sobre ganhos de capital estrangeiro. Vai afugentar muito capital. Os republicanos, nos EUA, vão dar US\$ 245 bilhões de cortes de impostos. Os democratas, como qualquer desses petelhos que infestam o professorado acadêmico brasileiro, dizem que é transferência de renda de pobres para ricos. É nada. Quem dá cortes de impostos, nos EUA, invariavelmente ganha eleições (DIÁRIO DA CORTE, 28/09/1995).

Além da recomendação sobre os impostos, nota-se acima a sua implicância com o “professorado acadêmico” nacional. Em nossa tese de doutoramento, já citada, sobre a trajetória político-jornalística de Francis, entre outros aspectos, analisamos em suas colunas na *FSP*, como teve início as suas polêmicas com professores e acadêmicos, especialmente da USP, na década de 1980, motivadas em princípio, talvez, pela leitura crítica que alguns deles fizeram de seus romances. Naquele tempo, Francis limitava-se a questionar os referenciais baseados no marxismo, que supostamente, conforme dizia, seriam amplamente adotados na academia. Sua verve agressiva contra o ambiente universitário brasileiro se transfigurava, então, na década de 1990, para o ataque generalizado contra o sistema público de ensino superior e a defesa da esfera privada de educação. Na sequência dos excertos selecionados, podemos identificar as críticas de Paulo Francis quanto à condução do governo no tratante ao ensino público básico, ensino superior e a regulamentação da esfera privada na área:

A burocracia do Ministério da Educação guerreia a escola particular [...]. O governo confessa cerca de 33 milhões de analfabetos. Mas gasta R\$ 4,5 bilhões por ano em universidades públicas, em pessoal e manutenção de prédios. [...] O governo determina preços de matrícula nas escolas privadas. As universidades particulares só podem cobrar o equivalente a 29% do consumido pelas universidades públicas [...]. É um estrangulamento certo da liberdade que só a escola privada pode garantir, pela sua variedade. O mercado é que deveria determinar o custo de matrículas para quem

quer e pode pagar. É a norma em países civilizados (DIÁRIO DA CORTE, 08/10/1995).

Os exemplos de Francis são sempre trazidos do exterior, em especial dos EUA, onde o ensino privado predomina no sistema de ensino universitário. Na medida em que tinha apresentado e colocado em pauta a sua ideia de dar maior flexibilidade e liberdade para o ensino privado, tanto o básico como o superior, criticou enfaticamente o Ministro da Educação de então, Paulo Renato de Souza, que estaria cedendo à reivindicação de autonomia universitária. Por consequência disso, além da curiosa e paradoxal crítica ao Ministro da Educação, que também viria a ser muito criticado por educadores, acusado de pretender o desmonte do ensino público no país, Francis alertava para o perigo de estatização completa do ensino no Brasil, desde o primário, em que considerava Paulo Freire como “baboseira”:

Paulo Renato quer abolir a propriedade privada das escolas e passá-la ao controle dos acadêmicos brasileiros. Esses, com as honrosas exceções, compõem 35% do eleitorado do PT. Estatizariam por completo o ensino no Brasil, impedindo que as poucas escolas particulares existentes, em que todo mundo que pode coloca seus filhos, continuassem a gozar de liberdade de pensamento e currículo. Seria uma nivelção por baixo, naturalmente, começando no primário com as baboseiras de Paulo Freire (DIÁRIO DA CORTE, 10/03/1996).

O polemista procurava atacar os acadêmicos, supostos eleitores petistas, que teriam tal mentalidade estatizante, relacionada, portanto, à defasagem cultural. Ademais, insiste na ideia de que o ensino privado seria preferível e mais atraente, mesmo usando argumentos pouco convincentes para sustentar tal premissa. Em geral, tudo se resume a uma disputa entre o público e o privado; entre marxismo e liberalismo (ou nacionalismo e liberalismo); entre o atraso e a modernização:

Bilhões queimados. Já dei aqui a fortuna que o MEC gasta em ensino público universitário, quando a maioria dos alunos prefere o particular, ou seja, paga para ser instruída, para não ouvir, de graça, a cantilena do PT e o submarxismo que domina o ensino público. Este, como praticamente tudo em que o Estado toca, está falido, com excesso de professores (formados deus sabe onde e como. O Ph.D. analfabeto já é uma tradição brasileira), e virou, em grande parte, zorra estudantil. [...] Li, finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases, que Darcy Ribeiro tirou da sua cabeça de “Minerva”, atento a todos os lobbies estatais. É feudal, mantém o Brasil no atraso educacional, agrava-o, e provavelmente, o que é nossa sorte, será mais uma leizinha a ser descumprida, mais uma exibição do burocratês bacharelesco. O país resiste e progride no pequeno espaço que o Estado lhe dá (DIÁRIO DA CORTE, 28/04/1996).

Bem como destacamos anteriormente, o discurso de Francis é monocórdio em torno da abertura da economia nacional, da necessidade de privatizações e, em suma, da defesa da iniciativa privada. A obsessão de Francis sobre o assunto era tamanha (motivada também pelo momento histórico propício) que chegou a colher e apresentar dados sobre a posição do Brasil em um ranking de países que mais teriam aberto a economia:

Lugar econômico. O Brasil é o 93º país, o 93º em colocação por abertura à economia de mercado. Quem diz é o *Economic Freedom of The world*, editor, James Gwatrny,

com a colaboração de 61 economistas e 13 países. Tivemos 3,3% de mercado livre, empatados com a Nicarágua... Atrás de nós só estão Burundi, Costa do Marfim, Haiti, Síria, Irã, Argélia, Zaire e Somália... E de mais 92 países. Nos últimos 20 anos, nenhum país estatizado cresceu (média de crescimento do Brasil, entre 1980 e 1995, 0,1% anual). Toda economia que se abriu cresceu. Stalinmotta e nossos marxistas de galinheiro são pedras no meio do caminho (DIÁRIO DA CORTE, 07/07/1996).

Ao passo que importantes privatizações são colocadas em suspenso, como a da Vale do Rio Doce, e outras são postergadas, como no sistema de telecomunicações, ou são retiradas de pauta, como no caso da Petrobras, Paulo Francis decide mudar seu discurso em relação ao apoio concedido a FHC. Em textos anteriores já era possível notar sua impaciência, mas foi a partir de 23 de maio de 1996 que o jornalista declarava e marcava sua mudança de posição, passando a ser mais rígido nas críticas ao governo:

Bye-bye Brazil. Já é tempo de desistir do governo Fernando Henrique. O presidente é decente, pessoa encantadora, mas não tem o que César Médiçi chamava de apetite para a grandeza. Francamente, desisti quando o Banespa não foi liquidado. Se fosse, toda a rede estadual de bancos, falida de pai e mãe, teria sido privatizada. Ouvi conversas ao pé do ouvido, tive briefings, mas qual!, Covas, pelo amor de Deus, bem fez Pêrsio Arida, que se recolheu à iniciativa privada, onde, afinal, não tem de aturar esses dinossauros do populismo (DIÁRIO DA CORTE, 23/05/1996).

Nesse contexto é que começam as reminiscências dos tempos de Collor de Mello e a retomada do argumento de que se necessitaria de um futuro candidato à presidência que realizasse as premissas da agenda ultraliberal. Sintomaticamente, vinculava o papel que o PT teria desempenhado para a queda de Collor, perguntando-se da possibilidade de ter sido enganado pela oposição que se fazia ao ex-presidente. Ao lado dessa interrogação, entendia que o ex-presidente teria se envolvido em esquemas de corrupção, embora não tivesse interesse em investigar e entender melhor as denúncias:

Se houver candidato à Presidência que proponha desestatizar, desburecrer o Brasil, terá meu apoio. Pena que Collor se revelasse batedor de carteira. Esboçou grande abertura, teve muitos projetos que foram engavetados ao Congresso, mas ainda assim abriu mais do que todos os presidentes da história, sem mistificação socialista. E grande parte do que abriu meus amigos fecharam no governo Fernando Henrique. E até hoje me pergunto se não fui na conversa da mídia PT contra Collor. Nunca tive paciência para ler aquelas reportagens chatérrimas sobre cheques disto e daquilo. Tenho outras informações de que ele batoteou US\$ 1 bilhão. Não sei bem o que pensar. Só sei que, do jeito que está, rolaremos em breve para o Quarto Mundo (DIÁRIO DA CORTE, 26/05/1996).

Em outra coluna, a interrogação transforma-se em afirmação:

[...] Pode-se dizer que a história da democracia representativa no Brasil começou mal e porcamente com Fernando Collor, que estava abrindo o País economicamente quando foi derrubado pelo PT. Fernando Henrique fechou boa parte do que Collor abriu e tenta, com grande charme, nos manter no cabriolé, acenando de luvas brancas para a galeria, enquanto o mundo o ultrapassa de BMW e de Mercedes... (DIÁRIO DA CORTE, 20/06/1996).

Tempos depois, admitia um verdadeiro “sebastianismo” pelo ex-presidente: “[...] sinto um verdadeiro sebastianismo em torno do jovem presidente, que, em dois anos, abriu mais o Brasil

economicamente do que qualquer dirigente na nossa história” (DIÁRIO DA CORTE, 11/07/1996). Essa lembrança positiva de Collor traduzia-se no contraste da decepção que encontrava em FHC. Diante de tal perspectiva, no fim daquele ano já apontava que a saída estaria, para além de Fernando Henrique, em um futuro candidato à presidência que incorporasse o compromisso das reformas e privatizações, e que fosse forte o suficiente para vencer FHC nas urnas: “A obrigação das pessoas de visão que querem tirar o Brasil da entaladela estatal, atraso crônico, miséria penosa, é procurar um candidato capaz de bater Fernando Henrique Cardoso em 1998” (DIÁRIO DA CORTE, 08/12/1996).

Finalmente, o caso da Petrobras não deve deixar de ser mencionado. Francis adotou o apelido da empresa cunhado por Roberto Campos, que chamava a estatal de “Petrossauro”. Reiteramos que Roberto Campos, junto com Delfim Netto, havia se tornado o grande guru de Francis nos assuntos de economia. Citava-o com frequência, inclusive nas análises sobre a Petrobras: “[...] Missão: Roberto Campos publicou domingo dados da Petrobrás, que passa 0,5% do que rende ao Tesouro, e 22% para seus capos. Pega, ladrão!” (DIÁRIO DA CORTE, 06/06/1996).

Paulo Francis chamava atenção para a previdência de certos funcionários da empresa. Dirigindo-se ao Presidente da estatal, Joel Rennó, em coluna de 25 de julho de 1996, Francis frisava justamente esse ponto: “[Rennó] deveria se preocupar com o fato de que a Petrobrás põe muito mais dinheiro nos fundos de pensão de seus marajás do que paga ao Tesouro Nacional. É o assalto em plena luz do dia, há 43 anos, insuficientemente explicado a quem paga” (DIÁRIO DA CORTE, 25/07/1996). Para o jornalista, a Petrobras seria a “Godzilla nacional”, que deveria ser extirpada: “O ideal seria que Fernando liquidasse a Petrobrás, a Godzilla número 1 do Brasil. Mas sejamos realistas. Isso vai acontecer cedo ou tarde, mas no momento falta apoio ao presidente para essa cirurgia radical e benéfica” (DIÁRIO DA CORTE, 08/08/1996).

Francis falou diretamente sobre a suspeita de corrupção na Petrobras. Porém, externou essa acusação no programa *Manhattan Connection*, da GNT. No programa, dizia que há 43 anos desde sua fundação, a empresa assaltava o povo brasileiro e que todos os diretores da estatal guardavam dinheiro ilícito na Suíça, roubando de sub e superfaturamento. Seria, conforme ele, “a maior quadrilha que já existiu no Brasil”<sup>4</sup>. O processo dos diretores da estatal não tardou a ser impetrado e logo o jornalista dividia essa sua angústia com seus leitores d’*OESP*:

Diretores da Petrobrás me processam por R\$ 100 milhões. Devem achar que tenho acesso irrestrito ao Tesouro, como eles. Os US\$ 100 milhões me soam como o 13º dos diretores da empresa. Devem considerar a Petrobrás, bancada penosamente pelo contribuinte, um baronato seu. É evidente que toquei num nervo da Petrossauro. Mais evidente que querem me intimidar. Waal, começam as investigações. Fiquem sintonizados neste espaço (DIÁRIO DA CORTE, 05/12/1996).

---

<sup>4</sup> Trechos do programa com a fala de Francis podem ser vistos no já citado documentário *Caro Francis* e também em vídeos publicados em diversos canais de usuários do sítio <<https://www.youtube.com/>>.

A última polêmica de Francis o deixou realmente aflito, mesmo assim continuou utilizando a ironia e o cinismo, agora tanto para atacar quanto para se defender. Nos seus textos encontram-se as causas principais de sua preocupação, que era possibilidade da ruína financeira e do processo estar sendo julgado nos EUA: “Diretores da Petrobrás me processam por US\$ 110 milhões. Alegam que o programa *Manhattan Connection* é mostrado nos Estados Unidos, no canal 10, e isto os difama junto aos americanos” (DIÁRIO DA CORTE, 29/12/1996). Na sequência clama por liberdade de imprensa e ressalta seu temor pelo montante financeiro previsto no processo: “É o maior assalto à liberdade de imprensa já perpetrado no Brasil. Se o processo seguir o curso previsto, ficarei arruinado e teria, no mínimo, meus bens tomados pela justiça” (DIÁRIO DA CORTE, 29/12/1996).

Francis dizia que um advogado informado por um banqueiro teria lhe dado esta informação sobre a corrupção na Petrobras. Recentemente, em um vídeo veiculado no sítio da revista *Veja*, em 11 de dezembro de 2014, um de seus colunistas, Lauro Jardim, afirmou que a fonte de Francis era o empresário e banqueiro Ronald Levinsohn<sup>5</sup>. O empresário tornou-se conhecido nos anos 1980 por um rombo financeiro da caderneta Delfim, a maior caderneta de poupança do país na época, da qual administrava. Ronald Levinsohn também era amigo e administrou o patrimônio de Paulo Francis, que incluiria dois apartamentos em Manhattan e sua própria conta bancária, avaliada em cerca de 3 milhões de dólares quando faleceu (BEIRÃO, 2010).

Somado aos assuntos costumeiros das colunas diárias d’*OESP*, Paulo Francis ainda se destacou nos anos 1990 por publicar um livro de memórias sobre 1964 e a ditadura civil militar brasileira, chamado *Trinta anos esta noite* (1994). Com uma visão revisionista de suas próprias impressões sobre o golpe e a ditadura, comparadas com escritos seus da segunda metade da década de 1960, essa obra abriga várias aproximações com a construção que a grande imprensa brasileira tem feito em torno da interpretação da ditadura, como a perspectiva de ter sido uma “ditabranda” e de que a repressão só teria se colocado a partir de 1968, existindo, antes disso, supostamente, vários canais, para a retomada da democracia, inclusive por parte da vontade do primeiro ditador militar, Castello Branco, e seus apoiadores (BATISTA, 2012). A nova interpretação de Francis sobre a ditadura, em suma, está tomada por uma espécie de “liberalismo autoritário”, típico das leituras feitas do período por vários perfis editoriais da grande imprensa brasileira (FONSECA, 2011).

Conforme Francisco Fonseca, o ultraliberalismo começa a ser defendido hegemonicamente nos principais periódicos da imprensa brasileira em caráter uníssono a partir da segunda metade da década de 1980 (FONSECA, 2005). Nesse mesmo período, Francis também adota uma postura em

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/video/lauro-jardim-manhattan-connection-vai-revelar-quem-era-a-fonte-de-paulo-francis/>>, acesso em 18/03/2015. O vídeo anuncia que Levinsohn falaria na Globonews, para o programa *Manhattan Connection*, mas o empresário teria desistido da entrevista em função da repercussão gerada com o anúncio. Ver: <<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/2014/12/15/fonte-de-paulo-francis-sobre-petrobras-desiste-de-falar-a-globonews/>>. Acesso em 19/04/2015.

favor do ultraliberalismo<sup>6</sup>. Mas foi somente n' *OESP* que teve uma postura intelectual organicamente engajada na tentativa de construção de projetos para o país em torno das candidaturas de Collor de Mello e de FHC. O primeiro presidente seria o “mal menor”, mas mesmo assim foi apoiado e até, nas palavras de Francis, sentida a sua falta depois de deposto. A candidatura e o governo FHC foram amplamente apoiados num primeiro momento. Apesar da simpatia pessoal de Francis por Fernando Henrique Cardoso, o jornalista manteve-se fiel organicamente à meta de implantação da agenda ultraliberal e menos atrelado à simpatia pessoal e à amizade com o então presidente.

O jornalista cumpriu um papel de destaque na vulgarização da agenda ultraliberal no país, banalizando ideias, conceitos e utilizando uma retórica particular, por meio da polêmica, como estratégia de convencimento. Estigmatizou e atacou todos os eventuais entraves para a implementação dessa agenda, como o alegado tamanho em demasia do Estado brasileiro, uma suposta tendência nacionalista na administração socioeconômica nacional e o principal adversário político, que, em tese, teria um projeto de nação na contramão de tudo aquilo que Francis estava pregando naquele instante; ou pelo menos, em razão da força política, representava um risco para a consolidação daquela agenda no país: o Partido dos Trabalhadores.

Ao que tudo indica, Paulo Francis não inovou tanto em termos de construções filosóficas, formulações econômicas ou sofismas políticos na perspectiva de contribuir com o arcabouço liberal ou conservador do espectro político de direita. Do contrário, mais reproduziu e vulgarizou ideias já em circulação dentro da própria imprensa nacional e internacional do que acrescentou elementos criativos ou originais em suas formulações textuais. Todavia, excetuando quaisquer outras eventuais qualidades oriundas de sua produção escrita, como o seu valor estético ou literário, o autor tem a sua importância política dentro da grande imprensa a partir de uma marcante atuação intelectual que atraía significativo público leitor, utilizando sobretudo a estratégia do polemismo. Ou seja, nesse sentido, essencialmente, na esfera política aqui analisada, sua atuação intelectual na década de 1990 esteve presente na constante tentativa de convencimento em favor dos princípios fundamentais da agenda ultraliberal, a partir de um caráter pedagógico de construção do consenso e permeado pela disputa da hegemonia.

### **Bibliografia e referências citadas:**

BATISTA, Alexandre Blankl. O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira no discurso de Paulo Francis. *Espaço Plural*, v.13, n. 27, p. 81-91, jul. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

---

<sup>6</sup> Em nossa tese de doutorado, em um dos capítulos, acompanhamos as mudanças tanto do jornal em que Francis atuava na época, a *Folha de São Paulo*, como a mudança do próprio jornalista.

BEIRÃO, Nirlando. Francis, o homem-bomba. In: Revista *Brasileiros*, Março/2010, Edição 32. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2010/03/18/paulo-francis-o-homem-bomba/>>, acessado em 16 outubro de 2011.

BUZAGR FILHO, Antonio. *O Mal Menor: “Antiestatismo” e Mercados Livres em Paulo Francis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

*Caro Francis*. Documentário. Direção: Nelson Hoineff. Brasil. 2010, 98 min, DVD.

COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: O relógio de Pascal*. 2ª ed. São Paulo: Geração editorial, 2006.

FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo (OESP)*, Caderno 2, 1991-1996.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. Paulo Francis: uma tragédia brasileira. In: *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 81-94.

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, Polemista Profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

PETRIK, Manuel. *O Duelo Verbal: Um Estudo sobre o Polemista no Jornalismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

TORRES FONSECA, Alexandre. *Paulo Francis, do Teatro à Política: “Perdoa-me por me traíres”*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.